

DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA

DA IGREJA NO BRASIL (resumo sintético)

Introdução

Ao Pai, *agradecemos* a graça da fé e a missão que ele confia à sua Igreja (2), bem como a comunidade eclesial que nos acolheu e nos alimenta com a Palavra, os Sacramentos e testemunho de seus membros. Agradecemos a dedicação de presbíteros, diáconos, religiosos e religiosas, leigos e leigas, das mulheres, os que exercem sua profissão no mundo da política e da cultura. Agradecemos poder contribuir para a promoção dos excluídos (3). Daí a razão da alegria de sermos discípulos missionários de Jesus Cristo (4).

Numa *época de profundas e sucessivas mudanças*, a Igreja é chamada com coragem, entusiasmo e criatividade a proclamar a mensagem do Evangelho, para que nossos povos tenham vida e a tenham em abundância, pois o Reino de Jesus é um Reino de Vida (5). As condições de vida de excluídos e ignorados, contradizem o projeto do Pai e nos desafiam a um maior compromisso em favor da cultura da vida (6). A evangelização é tarefa de todos. A missão não é tarefa opcional, mas integrante da identidade cristã (7) e exige conversão pessoal e conversão pastoral (8). Só seremos “comunidade missionária”, na medida em que respondermos aos grandes problemas da sociedade (9). Somos conscientes de nossos limites, sobretudo da insuficiência de agentes de pastoral, mas não esmoreceremos, pois somos animados pelo mesmo Espírito que impeliu os apóstolos à missão (10).

Capítulo I – A realidade que nos interpela

Nosso olhar sobre a realidade brasileira se dá em meio a *luzes e sombras* de nosso tempo. As grandes mudanças nos afligem, mas não nos confundem (12). A novidade das transformações é que elas têm um caráter global, afetando o mundo inteiro, configurando um tempo mais de *mudança de época* que época de mudanças (13). Neste novo contexto sócio-cultural, a realidade tornou-se complexa, ensinando-nos a olhá-la com mais *humildade* (14).

Situação sócio-cultural

Constatamos, hoje, o fenômeno de uma crescente *fragmentação dos referenciais de sentido*, gerando critérios parciais e múltiplos frente à vida, à religião e aos relacionamentos pessoais. Isto gera uma *crise de sentido*, levando as pessoas a sentirem-se frustradas, ansiosas e angustiadas (15). As tradições culturais e religiosas, capazes de unificar os diferentes fragmentos, estão de diluindo (16). A *globalização*, em lugar da segurança e do progresso prometidos, provocou um aumento sensível dos *riscos*, gerando uma situação de *medo*: medo de catástrofes ecológicas, de desastres químicos e atômicos, da violência e o terrorismo, do desemprego, etc. (17).

Diante das incertezas e do risco, as pessoas buscam uma *satisfação imediata*, sobretudo canalizada para o desejo de consumo, criando falsas necessidades. Confunde-

se felicidade com bem-estar econômico e satisfação hedonista (18), gerando um clima de permissividade e de sensualidade, fundado na lógica do individualismo pragmático e narcisista. Como o passado perdeu relevância e o futuro é incerto, considera-se o *corpo* como referência da realidade presente, deixando-se levar pelas *sensações* (19).

Em meio a isso, entretanto, se pode vislumbrar a afirmação do *valor* fundamental da pessoa humana, de sua *liberdade, consciência e experiência*, bem como a busca do sentido da vida (20). Podemos perceber a presença do Espírito nos movimentos sociais, que se articulam em favor das grandes causas da humanidade – a luta contra as discriminações, a promoção dos direitos da mulher, a preservação da ecologia, a defesa dos direitos de culturas e etnias como a indígena e afro-descendente, a busca da justiça social e de “um outro mundo possível”, muitas delas motivadas pelo próprio Evangelho. Manifesta-se uma *consciência planetária* e a percepção de que fazemos parte de uma família universal (23).

Situação econômica

No seio da economia globalizada, nos moldes do *capitalismo neoliberal*, a dinâmica do mercado absolutiza a eficiência e a produtividade como valores reguladores de todas as relações humanas. Ao privilegiar o lucro e estimular a concorrência, gera a *concentração* do poder e da riqueza em mãos de poucos, como recursos físicos, monetários e de informação. A consequência mais drástica é o *fenômeno da exclusão*, aumentando das desigualdades e mantendo na pobreza uma multidão de pessoas (24). Surgem uma nova face da pobreza, estampada no rosto dos moradores de rua, migrantes, enfermos, drogados e prisioneiros, que são não simplesmente explorados, mas “supérfluos e descartáveis” (25).

Outra mudança é o *desemprego estrutural*, ameaçando a união dos trabalhadores e seu empenho nas lutas coletivas, bem como atingindo diretamente a dignidade de milhões de pessoas (26). O predomínio desta tendência concentradora da economia capitalista neoliberal, limita as possibilidades das *pequenas e médias empresas*, correndo-se o risco do monopólio dos *grandes consórcios* (27). As instituições financeiras e as grandes empresas nacionais e internacionais subordinam as economias locais, debilitando os Estados em projetos de serviço à população. As grandes indústrias extrativistas e a agro-indústria não respeitam os direitos das populações locais e não respeitam a ecologia, nem preservam os recursos naturais (28).

As populações rurais sofrem as consequências da pobreza, agravada pela falta de acesso à terra própria, de financiamento adequado, de condições de vida digna e de apoio à agricultura familiar. A falta de uma *reforma agrária* deixa a terra nas mãos de poucos e incrementa a violência no campo (30). Fenômeno preocupante é o processo da mobilidade humana, causada, sobretudo, pela busca de trabalho e melhores condições de vida, privando o país de mão de obra especializada e, conseqüentemente, retardando sua independência sócio-econômica (31).

Os últimos anos vêm apontando, felizmente, para *melhorais significativas* como a caída dos índices de desemprego e o crescimento da renda e do consumo, que vêm impulsionando o crescimento da economia (32).

Situação sócio-política

A difusão do individualismo e, principalmente o crescimento do poder dos grandes grupos econômicos, têm *enfraquecido a política*, com riscos para a democracia. Há desencanto e *desconfiança* do povo nos políticos, nas instituições públicas e nos três poderes do Estado. Em contra-partida surgiram novos sinais de esperança como muitas organizações alternativas não governamentais e movimentos sociais sem vinculação partidária (33). Há uma crescente consciência da população em exigir melhorias e um esforço do Estado nos campos da saúde, educação, segurança alimentar, previdência social, acesso à terra e à moradia, criação de emprego e apoio a organizações solidárias (34).

É preocupante a deteriorização da convivência social pacífica pelo crescimento da *violência*, que banaliza a vida, tanto nas periferias das grandes cidades como no campo. Entre suas causas estão a exclusão, a idolatria do dinheiro, o individualismo e o utilitarismo, a deteriorização do tecido social, a corrupção no setor público e privado, o tráfico de armas, drogas, pessoas, paraísos fiscais e lavagem de dinheiro. Fator agravante é a falência do sistema penal e da saúde (35).

A ecologia

A rica *biodiversidade* do Brasil tem suscitado especial cobiça internacional e tem sido aceleradamente destruída. A devastação ambiental da *Amazônia* e agressões à dignidade, cultura dos povos indígenas por parte de fortes *interesses* e grupos econômicos se intensificam. O acervo de conhecimentos tradicionais sobre a utilização dos recursos naturais tem sido objeto de *apropriação intelectual ilícita*, sendo patenteados por indústrias farmacêuticas e de biogenética (36).

A isso se soma a agressão à natureza, *à terra e às águas* tratadas como mercadoria negociável, disputada pelas grandes potências. A situação é agravada, em contexto mais amplo, pelo *aquecimento global*, o esgotamento dos recursos naturais e pela exploração predatória da natureza, por grupos ávidos de benefícios próprios. Trata-se de conseqüências de um *modelo de desenvolvimento econômico capitalista-consumista*, que privilegia o mercado financeiro e prioriza o agro-negócio. Isto leva à expansão da pecuária extensiva e das *monoculturas* de soja, eucalipto, cana-de-açúcar, assim como projetos como o do biocombustível, em detrimento da agricultura familiar, da reforma agrária e de projetos populares como a construção de cisternas, por exemplo, no semi-árido do país (37).

A situação religiosa

A mentalidade individualista alastrou-se também no campo religioso. Cada vez mais, o indivíduo tende a *escolher* sua religião, num contexto pluralista. E mesmo quando adere a uma instituição religiosa, tende a escolher crenças, ritos e normas que lhe *agradam* subjetivamente ou se refugia numa *adesão parcial*, com fraco sentido de pertença institucional. Também procura fazer uma espécie de *mosaico*, justapondo à sua religião pessoal, fragmentos de doutrinas e práticas de várias religiões^[1]. Aumenta, igualmente, o número dos que se recusam a aderir a uma instituição religiosa, professando uma “religião invisível”, com pouca ou nenhuma prática exterior. Cresce também a atração por práticas *esotéricas* (38).

Constata-se a tendência à inversão de sentido da experiência religiosa. Em lugar de vivência de uma fé em relação a Deus e ao próximo, é vista numa *ótica utilitarista*, um meio de busca de bem-estar interior, de terapia ou cura de males, de sucesso na vida e nos negócios, nos moldes da denominada “teologia da prosperidade”. Neste contexto, a *midia* contribui para a banalização da religião, não só reduzindo-a à esfera privada, como a um *espetáculo* para entreter o público (39).

Em novas expressões religiosas, há igualmente a tendência generalizada, endossada por certos psicólogos, a afirmar a *inocência dos indivíduos*, de modo que ninguém deve se sentir pecador ou culpado. Outros grupos religiosos atribuem toda a culpa aos *demônios* e aos espíritos maus. Consequentemente, *ninguém se sente responsável* por corrigir o que está errado na sociedade, na qual convivem, estranhamente, muita religiosidade e muita criminalidade, busca de Deus e injustiça (40).

Muitas Igrejas mostram-se dinâmicas na procura de fiéis, chegando até o *proselitismo*^[2]. Diante disso, cabe uma avaliação da qualidade da presença católica junto ao povo^[3], em geral, muito *dependente do padre e da paróquia*. Sobretudo quando o número de padres não tem crescido ao mesmo ritmo da população^[4]. Há *dificuldade de presença*, sobretudo nas periferias das grandes cidades, nas fronteiras agrícolas e na região Amazônica (45). Isso exige uma verdadeira conversão pastoral, em que se vá além de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária. Urgem iniciativas de auto-avaliação e coragem de *mudar várias estruturas pastorais* em todos os níveis, serviços, organismos, movimentos e associações (46).

Capítulo II – Discípulos e missionários em uma Igreja em estado permanente de missão

O projeto de Deus se realiza na humanidade, através de um Povo, o Povo de Deus. É vivendo e proclamando os valores do Reino de Deus que a Igreja se torna “sacramento universal de salvação” (47).

A comunidade missionária

A comunhão com a Trindade é o fundamento da comunhão de todos na Igreja. “A vocação ao discipulado é con-vocação à comunhão em sua Igreja” e à sua missão. Nossa fé é teologal em seu objeto e eclesial em sua realização histórica (48). Como membros da Igreja somos chamados a viver e transmitir a comunhão com a Trindade, convidando outros a participarem desta comunhão. Comunhão e missão estão unidas entre si – “a comunhão é missionária e a missão é para a comunhão” (49).

A Igreja, “casa e escola de comunhão”, constitui uma unidade orgânica por uma diversidade de carismas, ministérios e serviços, em um mesmo Corpo, em vista da *irradiação* missionária da comunidade eclesial. Por isso, todos os organismos eclesiais devem “estar animados por uma espiritualidade de comunhão missionária” (50).

As exigências e os âmbitos da evangelização

Serviço-diálogo-anúncio-comunhão, nesta ordem, expressam a *pedagogia da evangelização* (52). O *serviço*, que pressupõe o conhecimento dos problemas,

anseios, frustrações, alegrias e tristezas dos interlocutores, consiste na inserção social, em vista da libertação integral e da reconciliação. O *diálogo* é a abertura e escuta do outro, sempre portador de “sementes do Verbo”. O *anúncio* é a explicitação do testemunho cristão, enquanto proclamação clara da Boa Nova de Jesus Cristo. A *comunhão* é o resultado da fé em Jesus Cristo, suscitada, acolhida e partilhada, dando origem a uma comunidade de discípulos missionários (51).

O *anúncio*, mais propriamente a proclamação explícita da mensagem do Evangelho, é não somente o início, ainda que primeiramente implícito pelo testemunho, mas também o fio condutor do processo, que culmina na maturidade do discípulo no seguimento do Mestre. A *comunhão* é principalmente uma atitude de vida, muitas vezes silenciosa. A comunhão eclesial é condição para que o mundo creia (54).

As quatro exigências intrínsecas da Evangelização se operacionalizam pastoralmente, pela presença da Igreja nos *três âmbitos de ação*, que constituem tanto o espaço como as realidades onde o Evangelho precisa ser encarnado: *pessoa – comunidade – sociedade*. Não se trata de realidades estanques e isoladas, mas interligadas e complementares. Pessoas evangelizadas, ao se fazerem dom, transbordam na comunidade que, por sua vez, enquanto comunidade eclesial existe para o serviço de Deus na sociedade (54).

A vocação e a missão dos discípulos missionários

O discipulado implica a adesão à *pessoa e à obra* de Jesus Cristo, que é seu Reino, assumindo o “*estilo de vida* do próprio Mestre de Nazaré”, ou seja, um amor incondicional, solidário e acolhedor, até à doação da própria vida. A missão, que consiste em associar-se à obra de Jesus, é “parte integrante da identidade cristã”. Por isso, todo discípulo é missionário, pois “discipulado e missão são duas faces da mesma moeda” (57).

A missão começa por dar testemunho e anunciar Jesus Cristo vivo, fruto de um encontro pessoal. Este encontro não só traz felicidade, como impulsiona a proclamar e promover o Reino da Vida, que Deus quer para toda a humanidade. Este Reino abarca a *totalidade da vida humana*, incluindo “sua dimensão pessoal, familiar, social e cultural”. Por isso, “a santidade não é fuga para o intimismo ou para o individualismo religioso, e muito menos fuga da realidade para um mundo exclusivamente espiritual” (58). A vontade do Pai é “incompatível com as situações desumanas” ou com as “graves desigualdades sociais e as enormes diferenças no acesso aos bens” (59).

Além disso, a salvação de Jesus Cristo diz respeito não só aos indivíduos. Deus quis nos *salvar em comunidade*, por isso, ela deve atingir também “as relações sociais entre os seres humanos”. Consequentemente, a evangelização abarca “a promoção humana e a autêntica libertação”. “O encontro de Jesus Cristo nos pobres é uma dimensão constitutiva de nossa fé em Jesus Cristo”. Ser discípulo missionário é participar responsabilmente na construção de uma sociedade mais justa, na reabilitação da ética na política e no trabalho, por uma cultura da co-responsabilidade (59).

A missão segundo o tríplice múnus

A Igreja tem a responsabilidade de propiciar, em cada época, o acesso à Palavra de Deus, à celebração da fé e cuidar da caridade fraterna e do serviço aos pobres. Uma

antiga tradição descreve esta responsabilidade segundo um *tríplice múnus*: ministério da Palavra, ministério da Liturgia, ministério da Caridade (60).

Ministério da Palavra. A proclamação da Palavra possibilita o acolhimento livre ao anúncio salvífico da pessoa de Cristo, no Espírito. “Não se começa a ser cristão por uma decisão ética, mas através do encontro com um acontecimento, com uma Pessoa”, através da pregação do kerigma (61). Faz-se necessário, pois, “uma pastoral bíblica”, entendida como *animação bíblica da pastoral*. Entre as muitas formas estão a *Lectio divina* ou a leitura orante da Bíblia e os círculos bíblicos (63). Além disso, faz-se necessário o *ministério da catequese* dirigido a todos, não se limitando às crianças e jovens, mas tendo como prioridade a catequese *adulta com adultos*. Trata-se de uma catequese não ocasional, mas permanente (64). Aos leigos continuem sendo oferecidas oportunidades de *formação bíblico-teológica*. As escolas e universidades católicas não podem furtar-se a esta tarefa e, escola pública, à educação religiosa (65). Finalmente, o ministério da Palavra, pelo chamado do Espírito, revela-se no carisma da Profecia. Como em toda a sua história, nas últimas décadas, a Igreja foi interpelada e iluminada pelo testemunho de inúmeros *profetas e mártires*. Profecia e Martírio são legados da memória da Igreja, chamada a testemunhar, com coragem e liberdade, a Palavra que defende a vida e julga os poderes deste mundo (66).

Ministério da Liturgia. Conforme o Vaticano II, a liturgia é “o cume para o qual tende a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte de onde emana toda a sua força” (SC 10). Nela o discípulo realiza o mais íntimo encontro com o seu Senhor e dela recebe a motivação e a força máximas para a sua missão na Igreja e no mundo (67). Em sentido estrito, a Liturgia é a celebração do *mistério pascal*, pela comunidade dos batizados, o que implica necessariamente um compromisso com a transformação da realidade, em vista do crescimento do Reino de Deus (68). Por isso, todos os membros da comunidade têm o direito e o dever de participar da ação litúrgica, externa e internamente, de maneira ativa, consciente, plena e frutuosa (69). Os *Sacramentos* são sinais da comunhão com Deus (71). O *Domingo* é a celebração do Mistério Pascal, que exige uma “pastoral do domingo”, seja pela participação na Eucaristia e, onde ela não é possível, pela celebração da Palavra. Nestas celebrações, onde for possível, distribua-se a Comunhão Eucarística (72). O *Ano Litúrgico* “revela todo o mistério do Cristo no decorrer do ano, desde a encarnação e nascimento até à ascensão, ao pentecostes e à expectativa da feliz esperança da vida do Senhor” (SC 102) (73). Na *piedade popular*, o povo também encontra maneiras simples de expressar e viver sua fé e o compromisso missionário (74). A *Liturgia das Horas* é excelente escola e referência fundamental para a nossa oração, individual ou comunitariamente (75). A *música litúrgica* é parte integrante e significativa da ação ritual, que precisa estar intimamente vinculada ao momento celebrativo e ao tempo litúrgico (76). O *espaço litúrgico* dever ser funcional, favorecendo o encontro entre as pessoas e com Deus, pois a arte, a arquitetura e a disposição e ornamentação dos espaços contribuem para que a Igreja celebre e manifeste o mistério cristão (77). A *inculturação* incide sobre a vida comunitária. As culturas devem ser levadas em conta na catolicidade com sua cosmovisão, valores e identidade, de modo que a liturgia possa recuperar as expressões culturais, o ritmo, o canto e a música, os instrumentos musicais, as vestes, os espaços, os gestos e símbolos pertencentes a um povo (78). Tudo isso, exige uma *pastoral litúrgica*, que leve em conta a realidade histórica, cultural, social, eclesial, de modo que todos os cristãos possam participar da liturgia de forma ativa. Isto inclui cuidados com a preparação, realização e avaliação das celebrações, ou seja, com a formação dos ministros e do povo (80).

Ministério da Caridade. Se as fontes da vida cristã são a Palavra e os Sacramentos, o *centro é a caridade*, o amor-doação, que vem do próprio Deus.

“Toda a atividade da Igreja é a manifestação de um amor que procura o bem integral do ser humano” (81). O amor cristão tem duas faces inseparáveis: faz brotar e crescer a comunhão fraterna entre os que acolheram a Palavra do Evangelho e leva ao serviço aos pobres, ao socorro de todos os necessitados, sem discriminação. Daí a necessidade de “ratificar e potenciar a opção preferencial pelos pobres”, implícita na fé cristológica, e que *deverá atravessar todas as estruturas e prioridades pastorais*, manifestando-se “em opções e gestos concretos” (82). A “globalização fez emergir novos rostos da pobre”, pobres considerados como “supérfluos e descartáveis” (83). Como *sujeitos* de uma sociedade solidária, não podem ser tratados como *objetos* de caridade, de forma assistencialista e paternalista (84). O serviço da caridade deve promover a vida em todas as suas modalidades, incluída a natureza, pois a destruição dos ecossistemas, ameaça a todos, sobretudo os mais pobres, como os indígenas e camponeses (85). A opção pelos pobres exige, também, uma pastoral voltada para os *construtores da sociedade*, formando pessoas em níveis de decisão como empresários, políticos, formadores de opinião no mundo do trabalho e dirigentes sindicais. Finalmente, todos os fiéis, impulsionados pelo Espírito, precisam participar da vida política, de modo particular os leigos na vida pública, atuando como verdadeiros sujeitos eclesiais e competentes interlocutores, entre a Igreja e a sociedade (86).

A formação dos discípulos missionários

Diante da atual sociedade pluralista e secularizada, faz-se necessário reforçar uma “clara e decidida opção pela formação dos discípulos missionários, que são todos os membros de nossas comunidades” (88). Trata-se de um itinerário formativo, um processo que implica “uma aprendizagem gradual”, “um caminho longo que requer itinerários diversificados, respeitosos dos processos pessoais e dos ritmos comunitários”. Em outras palavras, a formação precisa ser “permanente e dinâmica, de acordo com o desenvolvimento das pessoas e com o serviço a que são chamadas a prestar, em meio às exigências da história” (91).

Pedagogicamente, contempla *cinco aspectos: encontro com Jesus Cristo* (pelo testemunho pessoal, o anúncio do kerigma e pela ação missionária da comunidade), *conversão* (resposta de quem crê e quer seguir Jesus Cristo), o *discipulado* (o amadurecimento no conhecimento, amor e seguimento de Jesus, pela catequese permanente e a vida sacramental), *a comunhão* (a vocação ao discipulado é convocação à comunhão na Igreja) e *missão* (a partilha da própria experiência da salvação aos outros) (92). Esta pedagogia, aterriza na ação pastoral em *quatro eixos: experiência de fé* (pelo encontro pessoal com Jesus Cristo nas Escrituras, na Liturgia, na oração pessoal e comunitária, na comunidade viva e no amor fraterno, nos pobres); *vivência comunitária* (em comunidades que propiciem acolhida fraterna, valorização de cada um, inclusão na vida comunitária, co-responsabilidade); *formação bíblico-teológica* (pelo aprofundamento da Palavra e dos conteúdos da fé); e *compromisso missionário de toda a comunidade* (ao encontro dos afastados e pela presença no mundo da cultura, das comunicações, das ciências, das relações internacionais, no mundo urbano) (93).

Em tempos em que a realidade se torna cada vez mais complexa, torna-se necessário considerar na formação o que é específico a cada vocação, ministério e serviço na comunidade eclesial e na sociedade (94). A formação de diáconos e presbíteros exige uma atenção especial, para que respondam aos desafios da realidade atual. Da formação permanente dos presbíteros depende, em grande parte, a necessária formação dos fiéis, não descuidando da formação ecumênica e interdisciplinar deles

(95). A formação permanente e integral possibilitará aos leigos a descoberta de sua própria vocação e os motivará a assumir sua missão. Deve ser considerada como uma prioridade, integrada no plano orgânico diocesano de formação, pois “não é um privilégio para poucos, mas sim um direito e um dever para todos” (96). Há urgência em se investir na formação específica dos leigos e leigas, tendo presente as grandes questões que afetam o povo brasileiro, como as sócio-econômicas, políticas e de ordem ecológica, no diálogo com as culturas, de modo especial, a cultura urbana. Em cada um destes campos e muitos outros, faz-se necessário um conhecimento especializado e devidamente nutrido pelo Evangelho e pela Doutrina Social da Igreja (98). Finalmente, para um laicato adulto e maduro, é fundamental a organização e articulação dos leigos, de modo especial nos moldes do Conselho Nacional dos Leigos (99).

A espiritualidade dos discípulos missionários

A missão evangelizadora exige não só estruturas adequadas, mas também que os sujeitos sejam alimentados por uma *espiritualidade missionária* conforme a própria vocação, os dons, carismas e ministérios recebidos do Espírito para a realização do Reino. Técnicas e instrumentos são importantes, mas não substituem a ação do Espírito Santo (100).

A ação evangelizadora como serviço da missão e obediência ao Espírito, exige do evangelizador cuidar da própria competência, para que, por negligência, não venha a perder o Evangelho. “Nada substitui a experiência do Deus vivo, alimentada constantemente: da escuta da Palavra de Deus tanto no livro da Escritura quanto no livro da vida; a participação na eucaristia e demais celebrações; da oração generosa aberta a Deus e à sua presença na realidade humana; do abandono ao Espírito que precede a ação do evangelizador, assiste-o cotidianamente confortando-o nas dificuldades e mesmo nos fracassos; da doação de si mesmo no serviço aos demais.” (101).

Capítulo III – A ação evangelizadora da Igreja

Consciente de sua missão evangelizadora e tendo contemplado a realidade brasileira, a Igreja percebe numerosos e complexos desafios, nos âmbitos da *pessoa-comunidade-sociedade* (102).

Promover a dignidade da pessoa

O desafio. A construção da *identidade* pessoal e da *liberdade* autêntica, na atual sociedade.

A fé cristã. A dignidade do ser humano tem sua raiz mais profunda no próprio Deus, que criou-nos à sua *imagem e semelhança*, para a reciprocidade e a comunhão (103). À diferença do restante da criação, o ser humano é pessoa, dotada de razão e vontade, autonomia, liberdade e capacidade para amar (104). Daí o imperativo de respeitar sua dignidade em todas as etapas da existência, de nunca tratá-lo como meio, mas sempre *um fim* e sem preconceitos nem discriminação (105). Seu valor inquestionável nos é revelado pela Encarnação (106). Nela também encontramos uma luz para entender o sofrimento como conseqüência do amor-solidário, que ajuda a carregar a cruz, não teme ser fraco com os fracos, nem sofrer com os que sofrem. Um amor samaritano, que impele “ao encontro das necessidades dos pobres e dos que sofrem, atuando para criar

estruturas mais justas, condição sem a qual não é possível uma ordem justa na sociedade" (110).

Pistas de ação

Acolhimento. O compromisso da *acolhida* começa indo ao encontro de todas as pessoas, de modo especial, dos que experimentam alguma forma de exclusão (115). Acolher no respeito implica atenção personalizada, através da capacitação de quem possa "acompanhar espiritual e pastoralmente a outros" (116). O encontro e a escuta exigem preparação, com serviços e ministérios próprios (117). Visitas não sejam restringidas apenas às famílias, mas que se chegue também a locais de trabalho, às moradias de estudantes, às favelas e cortiços, a alojamentos de trabalhadores, às prisões, aos albergues e aos moradores de rua onde eles estão (119). Neste particular, promovam-se oportunidades de práticas solidárias ou participação em projetos comuns, experiências de amizade e reciprocidade (118).

Acompanhamento. É preciso acompanhar a pessoa em suas diversas etapas e situações da vida, a começar pela *infância*, que hoje é terreno de urgente missão, como o fazem a Pastoral da Criança, a Infância Missionária e outras iniciativas (121). Os *adolescentes e jovens* necessitam de melhor acolhida das comunidades eclesiais e maior espaço de ação (122). Torna-se urgente renovar a "opção afetiva e efetiva de toda a Igreja pela juventude" na busca de propostas concretas capazes de acolher a pluralidade de pastorais, grupos, movimentos e serviços, num trabalho conjunto (123). É necessário intensificar o respeito e a valorização dos *idosos*, acompanhando-os em sua situação especial e aprendendo de sua sabedoria de vida. Apoiar políticas sociais e solidárias que atendam às suas necessidades. A Igreja precisa incorporá-los ainda mais na missão evangelizadora (125). As *mulheres* precisam ser mais valorizadas, para que possam participar plenamente da vida familiar, eclesial, cultural, social, política e econômica, criando-se espaços e estruturas que favoreçam sua inclusão. No campo eclesial, é preciso impulsionar uma organização pastoral que promova o protagonismo das mulheres, com presença nos espaços de decisão e acesso aos ministérios (126). Por sua vez, a menor presença de *homens* na Igreja questiona fortemente o estilo de nossa pastoral convencional. É preciso criatividade para acolhê-los e auxiliá-los no engajamento comunitário (127).

A família. Um olhar atento deve ser dirigido à família, "um dos eixos transversais de toda a ação evangelizadora" (128). Os *pais* são os primeiros catequistas (130). Faz-se necessária uma profunda e séria preparação ao matrimônio (132). *Casais em segunda-união* e seus filhos sejam ao acolhidos, acompanhados e incentivados a participar da vida da Igreja (133). E preciso cobrar políticas públicas em prol da família, de modo especial, se deve tomar iniciativas de solidariedade em relação a pessoas, famílias e grupos atingidos pela miséria, fome e tantas formas de sofrimento (134). Especial carinho devem receber as famílias marcadas pela violência, o alcoolismo, o machismo, o desemprego e principalmente as drogas (135).

Trabalho e moradia. É preciso acompanhar as alegrias e as preocupações dos trabalhadores, fazendo-nos presentes nos locais de trabalho, nos sindicatos, associações de classe e lazer. É preciso abraçar a luta contra o desemprego, inclusive buscando-se caminhos alternativos para a geração de renda e a economia solidária (137). Atenção especial seja dada aos *migrantes*: brasileiros no exterior, migrantes sazonais, explorados pela terceirização e novos migrantes estrangeiros, em busca de sobrevivência em nossa pátria (138). Para isso, é urgente a criação de estruturas nacionais e diocesanas (139). Também merecem atenção os

itinerantes, como os marítimos, os pescadores, caminhoneiros, ciganos, circenses e parquistas (140).

Pobreza e ameaças à vida. Fiéis à opção pelos pobres, é preciso atenção especial aos excluídos e jogados à margem da dignidade humana. Opção pelos pobres e opção pela vida são duas faces de uma mesma moeda (130). Os *novos rostos de sofrendores* precisam ser acompanhados por uma Pastoral Social estruturada (143). Entre suas ramificações está a Pastoral da Aids, que desempenha ações em cinco direções: prevenção, internação, recuperação, ressocialização, acompanhamento e apoio das políticas governamentais de combate à epidemia (144). É preciso também favorecer o acolhimento de *pessoas com deficiência*, assegurando-lhes o direito à evangelização e integração na sociedade (145).

Oração. É importante educar para a oração pessoal, familiar, comunitária e litúrgica (147). A vida de oração é particularmente importante nos lugares e *situações de conflito*. É preciso guardar o equilíbrio diante da forte tentação do individualismo, facilitando o direito dos fiéis à participação dos sacramentos, sacramentais e demais atos de piedade cristã, com horários e locais adequados aos ritmos da vida das pessoas e maior disponibilidade dos ministros ordenados (149).

Renovar a comunidade

O desafio. A fragmentação da vida e a busca de *relações* mais humanas.

A fé cristã. A pessoa, criada à imagem e semelhança do Deus-Trindade, só se realiza plenamente, na medida em que vai se descobrindo irmã de todos e de tudo (150). A fraternidade cristã é aberta e quer acolher todos os seres humanos, sem discriminação. Aponta para a *fraternidade universal* (151). Por isso, a vida cristã só se aprofunda e se desenvolve na comunhão fraterna (152).

Pistas de ação

Diálogo dentro das comunidades. Para um testemunho de comunhão, é preciso praticar o diálogo *no interior* da comunidade eclesial. A variedade de vocações, espiritualidades e movimentos precisam convergir para a *unidade* e não desembocar em competição, rejeição e discriminação. Todos são irmãos e iguais em dignidade (154). As paróquias para serem comunidade de comunidades, precisam de uma *renovação*, que implica "reformulação de suas estruturas" (156), através de sua "setorização em unidades menores e, dentro dos setores, comunidades de famílias, com equipes próprias de animação e de coordenação" (157). Não se pode perder de vista o valor e a contribuição das *Comunidades Eclesiais de Base*, que "permitiram ao povo chegar a um maior conhecimento da Palavra de Deus, ao compromisso social em nome do Evangelho, ao surgimento de novos serviços leigos e à educação da fé dos adultos". Junto a estas, existem outras formas válidas de pequenas comunidades, movimentos, grupos e associações (158).

Dons, serviços e ministérios. A comunhão de amor se manifesta na *diversidade* de carismas, serviços e ministérios (163). É preciso, pois, abrir espaços de participação dos leigos, confiando-lhes ministérios e responsabilidades em uma Igreja onde todos vivam de maneira responsável seu compromisso cristão. Contribui para a unidade a formação dos *conselhos*, inclusive administrativo-financeiro, bem como a pastoral do dízimo. Valor importante tem a *pastoral*

orgânica e de conjunto, capaz de articular ações, agentes e recursos, contribuindo para a articulação da diversidade de carismas e iniciativas de evangelização (164).

Diálogo ecumênico e inter-religioso. Contradiz a dinâmica do Reino de Deus, a existência de comunidades cristãs fechadas em torno de si mesmas, na busca contraditória de uma santidade que não transborda para o relacionamento com a sociedade em geral, com as culturas, com os demais irmãos que também crêem em Jesus Cristo e com as outras religiões (165). Neste sentido, um dos primeiros desafios consiste no diálogo com os irmãos e irmãs que crêem em Jesus Cristo. Mesmo diante de dificuldades surgidas, em especial de setores que não aceitam o *ecumenismo*, é preciso perseverar no caminho do diálogo, pois a divisão entre aqueles que crêem no Cristo permanece como escândalo a nos interpelar (166). Cresce a importância de cursos e escolas de ecumenismo, bem como de se investir em ministérios específicos para o diálogo ecumênico (167). Por outro lado, a verdadeira atitude de diálogo se estende para além dos cristãos. Convoca-nos ao encontro fraterno e respeitoso com os seguidores de *religiões não cristãs* e a todas as pessoas empenhadas na busca da justiça e na construção da fraternidade universal (168).

Comunidades missionárias. À luz de *Aparecida*, é preciso que nossas comunidades sejam toda, inteiramente missionárias. Este desafio implica a urgência de uma ação missionária planejada, organizada e sistemática, uma verdadeira conversão pastoral, que faça a passagem de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária (172). Os primeiros interlocutores são os católicos afastados. Por isso, adquirem importância os *ministérios mais diretamente ligados à missão*, em vista de paróquias comunidade de comunidades (173). E mais que isso, precisamos alargar ainda mais nosso horizonte missionário, comprometendo-nos com a *missão além fronteiras*, em outras regiões e ambientes. Nesse particular, a experiências de *igrejas-irmãs* pode ajudar. Inclusive, é oportuno que os futuros presbíteros sejam despertados a isso, através de uma experiência missionária concreta (175).

Construir uma sociedade solidária

O desafio. O escândalo da *exclusão* e da *violência* na sociedade consumista nos interpela à realização da solidariedade.

A fé cristã. O compromisso social tem sua raiz na própria fé. Do encontro pessoal e comunitário com Jesus Cristo nasce um interesse autêntico e sincero pelos problemas da sociedade e a conseqüente solidariedade para com as pessoas. O compromisso social é sinal privilegiado do seguimento daquele "que veio para servir e não para ser servido", devendo ser manifestado por toda a comunidade cristã e não apenas por algum grupo ou alguma pastoral social. Uma comunidade insensível às necessidades dos irmãos e à luta para vencer a injustiça é um contra-testemunho e celebra indignamente a própria liturgia (178). A Igreja precisa continuar sendo, pois, com afinco ainda maior, companheira de caminho de nossos irmãos mais pobres, inclusive até o martírio. A Igreja latino-americana é chamada a ser sacramento de amor, de solidariedade e de justiça entre os nossos povos. A figura do Bom Samaritano, aquele que, movido de compaixão, correu imediatamente em socorro do ferido, é modelo para toda a Igreja, convocada por Cristo a ser cada vez mais uma *Igreja Samaritana* (177).

Pistas de ação

Igreja e convivência social. Neste particular, cabe: trabalhar, em todos os ambientes da sociedade por uma cultura da vida e do respeito incondicional pela pessoa humana, bem como por uma nova cultura de austeridade; estimular condições mínimas de subsistência, centrando a atenção em aspectos básicos como alimentação, trabalho, saúde, moradia e terra; firmar ainda mais o compromisso por políticas públicas que facilitem a criação de novos empregos, o acesso ao trabalho e renda, a redistribuição da terra e o desenvolvimento da agricultura familiar e de cooperativas, além do crédito subsidiado aos pobres, por meio de instituições que emprestam com juros baixos; combater a *corrupção* e a *impunidade*, através do efetivo acompanhamento das ações do poder público em todas as suas instâncias, continuando o combate contra a corrupção eleitoral, através da Lei 9840 e de outras iniciativas das Comissões Justiça e Paz; trabalhar pela *segurança* e pelo combate à *criminalidade*; incrementar ainda mais a presença pastoral junto aos presidiários, ajudando a dar às penalidades um caráter curativo e corretivo, visando a reintegração ao meio social; promover uma sociedade que respeite as diferenças, combatendo o preconceito e a discriminação nas mais diversas esferas; educar para a preservação da *ecologia*, através de atitudes que evitem a destruição da natureza, tanto no meio urbano quanto no rural, entre elas, a preservação da água, patrimônio da humanidade, evitando sua privatização (181).

Compromisso solidário. Leve-se em consideração: a implantação da *Cáritas* em cada diocese, com suas ramificações em cada paróquia, que é de grande valia para incentivar e sustentar iniciativas de solidariedade para com os mais necessitados (182); continuar com o *Mutirão para a superação da miséria e da fome*, criando-se comissões diocesanas e locais (184); apoiar a organização dos movimentos sociais ou populares, visando a que os oprimidos e excluídos tornem-se sujeitos da própria libertação e da edificação de novas formas de solidariedade (185); superar gestos imediatos da doação caritativa, que embora importantes e mesmo indispensáveis, a opção pelos pobres implica convívio, relacionamento fraterno, atenção, escuta, acompanhamento nas dificuldades, buscando, a partir dos próprios pobres, a mudança de sua situação (186).

Compromisso social e político. Cabe: incentivar a participação social e política dos cristãos nos diversos níveis e instituições, promovendo-se cursos, grupos de reflexão, formação e ação (187); empenharmo-nos na busca de *políticas públicas* que ofereçam condições necessárias ao bem-estar de pessoas, famílias e povos; colaborar com outras instituições privadas ou públicas, com os movimentos populares e outras entidades da sociedade civil, no sentido de reivindicar democraticamente a implantação e a execução de políticas públicas voltadas para a defesa da vida e do bem comum, segundo a Doutrina Social da Igreja (188); acompanhar o trabalho do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, vigiando a fim de evitar a corrupção, a impunidade, o prejuízo ao bem comum e legislação que atente contra a vida e a lei natural (189); apoiar as diferentes iniciativas de *economia solidária*, como alternativas de trabalho e renda, consumo solidário, segurança alimentar, cuidado com o meio ambiente, formas de finanças solidárias, trabalho coletivo e busca do desenvolvimento local sustentável e solidário (190).

Diálogo com as culturas. Entre outros, se tenha em conta: apoiar as propostas e políticas públicas que favorecem a inclusão social e o reconhecimento dos direitos das populações de origem indígena e africana (193); conhecer, avaliar criticamente e, em certo sentido, assumir a *cultura globalizada*, para termos uma linguagem compreensível por nossos contemporâneos (194); promover o diálogo sobre as grandes questões éticas, como, por exemplo, o reconhecimento da dignidade da pessoa humana e a preservação do meio ambiente, dado que "as estruturas justas não nascem nem funcionam sem um consenso moral da

sociedade sobre os valores fundamentais e sobre a necessidade de viver estes valores com as indispensáveis renúncias, inclusive o interesse pessoal (196); educar a comunidade eclesial como um todo no conhecimento da *Doutrina Social da Igreja*, como decorrência ética imprescindível da própria fé cristã (197); engajar-se nas *Campanhas da Fraternidade*, que anualmente destacam um tema social relevante da realidade brasileira, bem como em outras iniciativas entre as quais as romarias da terra e dos trabalhadores; criar ou apoiar grupos, cursos e escolas de Fé e Política nos diferentes âmbitos eclesiais; participar em mobilizações e debates relacionados com momentos importantes da vida do povo como, por exemplo, Fórum das Pastorais Sociais, as Semanas Sociais, o Grito dos Excluídos e as campanhas eleitorais nas esferas municipal, estadual e federal (198).

A crescente urbanização. Entre possíveis iniciativas pastorais, se ressaltam: criar *estruturas eclesiais novas* que permitam enfrentar a problemática das enormes concentrações humanas e as novas formas de cultura em gestação; implementar uma ação pastoral adequada à realidade urbana em sua linguagem, estruturas, práticas e horários; mais rápida *setorização das paróquias territoriais em unidades menores*, que permitam proximidade e serviço mais eficaz; multiplicar e diversificar as comunidades eclesiais nas periferias e em ambientes específicos, tais como a escola, a universidade, os ambientes ainda rurais e o mundo das diferentes etnias; descentralizar os serviços eclesiais, levando em conta as categorias profissionais; discernir e trocar de experiências quanto às estratégias para chegar aos condomínios fechados, prédios residenciais, favelas, cortiços e outros núcleos de convivência; fazer maior presença nos centros decisivos da cidade, tanto nas estruturas administrativas como nas organizações comunitárias; refletir e planejar a pastoral em comum entre paróquias da mesma cidade; acolher aos que chegam à cidade e aos que já vivem nela; dar atenção especial à evangelização nos ambientes de favelas, cortiços e periferias, lugares facilmente esquecidos pelo poder público e nem sempre atingidos pelas iniciativas pastorais; criar paróquias em ambientes especializados, em meio à complexidade da vida urbana; propiciar formação específica para presbíteros, diáconos e agentes de pastoral, capacitando-os a responder aos novos desafios da cultura urbana (200).

Mundo da educação. São iniciativas pertinentes: assumir com todo vigor o mundo da educação, seja através das instituições especificamente católicas, seja através da presença missionária nas demais *escolas, colégios e universidades*; intensificar o empenho missionário das igrejas particulares nos Estados para que as escolas públicas de gestão estatal não ignorem a formação integral dos estudantes, definindo a inclusão de conteúdos religiosos, animando e capacitando, doutrinal e pedagogicamente seus professores de Ensino Religioso; dar atenção especial à formação de professores de ensino religioso (202); ajudar as *instituições educativas católicas* a ultrapassarem os limites de uma "educação preponderantemente voltada para a produção" e marcar, ainda mais, sua presença educativa a partir de "um projeto de ser humano em que habite Jesus Cristo, com o poder transformador de sua vida nova" (203).

A comunicação social. Neste particular, merece relevo: fazer uso dos meios de comunicação com mais desempenho, competência e profetismo, para o anúncio do Reino de Deus; estimular o espírito crítico atento à manipulação da opinião pública pela *mídia*, ajudando a selecionar, criticar, reagir e mesmo negar audiência a programas que firam a consciência cristã e a lei moral; valorizar e apoiar os meios de comunicação próprios da Igreja, tornando-os adequados instrumentos no trabalho de evangelização; valorizar os amplos recursos da *internet* e utilizá-la de modo criativo e responsável; investir na formação de comunicadores, com boa preparação profissional e pastoral; incentivar e, onde já existe, animar a *Pastoral da Comunicação* nos regionais, dioceses e paróquias, para que se possa contribuir

para a integração entre as demais pastorais, articulando o processo de comunicação no interior da Igreja e envolvendo os meios de comunicação no anúncio da Palavra de Deus a todos (206).

As grandes questões da humanidade. Destacam-se algumas pistas de ação: num mundo globalizado, em que as ações e suas conseqüências ultrapassam fronteiras, não fechar os olhos para aspectos que atingem não apenas o povo brasileiro, mas também os demais povos, em especial os marcados pela pobreza, pela exclusão, pela violência e pela perseguição (207); sensibilizar os cristãos a respeito das *grandes questões da justiça internacional*, inspirados na postura de Jesus e nos princípios norteadores da Doutrina Social da Igreja; incentivar a justa regulação da economia, do sistema financeiro e do comércio mundial; examinar atentamente os tratados inter-governamentais e outras negociações a respeito do livre comércio, alertando os responsáveis políticos e a opinião pública a respeito das eventuais conseqüências negativas que podem afetar os setores mais desprotegidos e vulneráveis da população; assumir efetivamente as questões ligadas ao *aquecimento global* e demais aspectos inerentes à responsabilidade ecológica de pessoas, grupos e nações; incentivar a atenção às pessoas necessitadas de proteção internacional e apoiar à ação pastoral da acolhida e integração de refugiados em nosso país (208).

Conclusão

A Igreja no Brasil em estado permanente de missão

A Conferência de Aparecida convocou a Igreja na América Latina e no Caribe a colocar-se em “estado permanente de missão” (210). A Igreja no Brasil assume o compromisso com a *Missão Continental*, conforme a inspiração de Aparecida, compromisso que exigirá aprofundar e enriquecer todas as razões e motivações que convertem cada cristão em discípulo missionário enviado a edificar o mundo na perspectiva do Reino de Deus (211). A Igreja no Brasil sempre foi missionária, mas chegou a hora de intensificar este espírito missionário, participando da *Missão Continental*, assumindo-a com rosto brasileiro, conforme a realidade e a caminhada das nossas Igrejas Particulares. Nós o fazemos à luz das atuais Diretrizes, entre outros, tomando em conta as quatro exigências intrínsecas da evangelização – *serviço, diálogo, anúncio, testemunho de comunhão* – e os três âmbitos de ação – *pessoa, comunidade, sociedade* (212). Buscando ajudar as Igrejas Locais no desencadeamento de um processo de *Igreja em estado permanente de missão*, a CNBB elaborará um *projeto nacional*, sem com isso dispensar a imprescindível necessidade de inculturá-lo, segundo as particularidades de cada contexto. Os sujeitos privilegiados desta missão são cada comunidade eclesial e, dentro dela, cada fiel (215).

Agenor Brighenti

^[1] A pesquisa do CERIS, em 2002, nas seis maiores regiões metropolitanas brasileiras encontrou cerca de 25% dos entrevistados que freqüentam atos de mais de uma religião e cerca de metade deles (12,5% do total) o fazem sempre.

^[2] Os principais dados relativos à questão “religião” eram três: a) A diminuição da porcentagem dos cristãos católicos, de 83,3% (1991) para 73,9% (2000); esta diminuição, de quase dez pontos percentuais em nove anos, foi muito rápida, se considerarmos que uma diminuição semelhante aconteceu, anteriormente, num prazo de noventa anos (de 98,9% em 1890 para 89,0% em 1980); b) O aumento da porcentagem dos cristãos evangélicos, de 9,0% (1991) para 15,6% (2000); c) O aumento dos que se declaravam “sem religião”, que passavam de 4,7% da população (1991) para 7,4% (2000), ou de 7 milhões para 12,5 milhões; cf. Cf. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, n. 56.

^[3] Pela primeira vez desde 1872, a diminuição do número de católicos teve um estancamento entre 2000 e 2003 (73,89% - 73,79%). Os que se declaravam sem religião caem de 7,4% para 5,1%. Os evangélicos (conjuntamente tradicionais e pentecostais) seguem seu crescimento, passando de 16,2% para 17,9%. O crescimento dos evangélicos tradicionais está se dando a taxas mais aceleradas que os evangélicos pentecostais, sendo esta outra novidade a ser ressaltada.

^[4] Em 1970 havia um padre para 7.100 habitantes; em 1990, um padre para 10.100 habitantes. Desde então, esta proporção